

O ECHO DO RIO,

Jornal Politico e Litterario.

Parcite verbis.

HORAT. AD ROM.



Publica-se as quartas feiras e sabbados, na typ. Imparcial de F. de Paula Brito, praça da Constituição n. 64, onde se subscreve a 4000 réis por semestre, pagos adiantados, e vendem-se numeros avulsos a 80 réis, nas lojas do costume.

O ECHO DO RIO.

O Sr. Paula e Sousa ouviu fallar em um projecto de Sir Roberto Peel convertido em lei pelo parlamento inglez, pelo qual foi modificado todo o systema financeiro de Inglaterra, e leu em algumas folhas elogios a esse projecto, que teve por fim preencher o oneroso deficit, que havia no orçamento daquella nação: immediatamente se apresenta o nobre senador, querendo que tal projecto seja já e já admittido no Brasil. Bem dizia em outro tempo o Sr. Antonio Carlos, que a sciencia do Sr. Paula e Sousa era sciencia de periodicos: se assim não fosse, não teria elle tanta pressa em apresentar ideias, que para as não comprehender, basta não ter podido estudar; e para as não estudar, basta não ter visto ainda o projecto, como elle mesmo foi obrigado a confessar. O Sr. Paula e Sousa cuidou, que tinha feito um grande achado, e que ou ninguem mais tinha lido o que elle leu, ou que pelo menos o geral daquelles que lêem o *Jornal do Commercio* não teriam noticia de semelhante trabalho, e admirariam o seu profundo saber.

E tanto mais razão tinha esse nobre senador de estar ufano, que por vezes tinha aventado a ideia na camara, a que pertence, e ninguem lh'a tinha combatido pelo lado por que devia combater; contentaram-se seus adversarios em dizer-lhe que a ideia não era admissivel no Brasil, e nada mais. Tornava o Sr. Paula e Sousa á carga, e sempre no mesmo terreno, nem avançavam nem recuavam. Cançado porem o Sr. visconde de Abrantes da defensiva em que se tinha conservado elle e aquelles que se acham do seu lado, sahio das trincheiras, e foi atacar o Sr. Paula e Sousa no seu proprio campo. Mostrou-lhe, que tinha estudado a materia, e que mais alguém tinha havido, que a tinha estudado: deu uma ideia resumida desse grande trabalho de Sir Roberto Peel; mostrou a influencia, que teve mesmo em Inglaterra, e as alterações, que fez no systema financeiro dessa nação, e como não podia ter sido applicado á Irlanda; fez vêr, que o nosso concelho d'estado se tinha occupado com

ideias analogas, e que mesmo um projecto havia sido trabalhado com 240 artigos, mas que fôra abandonado, por se conhecer evidentemente, que não era possivel entre nós a doutrina ingleza. O resultado foi que o Sr. Paula e Sousa recuou immediatamente, e teve de confessar humildemente, que nem o projecto ou lei tinha lido, tendo apenas visto alguns extractos em periodicos.

Assim a gralha largou as pennas de pavão, com que indevidamente se tinha coberto!

E todavia temos que agradecer ao Sr. Paula e Sousa o ter aventado essas ideias; por que foram causa não só de se descobrir a sua nenhuma capacidade naquellas mesmas materias, em que tão sabio se quer mostrar, desenganando assim alguém, que ainda por ventura estivesse illudido, mas e ainda mais, por que assim deu occasião de saberem muitas pessoas, que o concelho d'estado não se conserva na inacção, e pelo contrario se occupa de interessantissimos projectos. Já este anno tínhamos visto apresentado á camara dos deputados um projecto sobre colonisação systematica, trabalho dos mais importantes, que tem sido apresentado a nossas camaras, e agora sabemos, que outro ainda mais importante, qual esse de que fallou o nobre visconde, havia sido tratado. O concelho d'estado trabalhando em segredo, seus trabalhos não são apreciados pelo publico; haverá mesmo ali talvez alguém que cuide que esses conselheiros se conservam em perfeita inacção: e assim não acontece: esse tribunal, alem do trabalho das sessões, tem uma reunião geral cada semana, presidida por S. M., e não é possivel, que se juntem para conversar na presença do monarcha; fal-o-iam mais livremente em qualquer outro lugar; e até mesmo por que alguns dos nobres conselheiros estão divergentes de opinião com outros.

Agradecemos pois ao nobre senador a occasião, que elle deu para tão importante revelação. Todavia recommendamos-lhe que não se ponha tanto a descoberto: será bom para elle que alguém continue a acreditar ainda que lá mesmo do seu Itú espreita attento, a marcha das nações, e estuda a sua

política. O Sr. Paula e Sousa é daquelles que não ganham em se mostrar.

OS NOSSOS ARROJOS.

Dissemos em um de nossos numeros antecedentes, que os actuaes ministros fazem pesado sacrificio conservando-se no posto, a que os chamou a livre escolha da corôa: o *Nacional* taxou esta nossa proposição de arrojo, e ahí nos desfiou por isso violenta catilinaria, sem poupar os ministros, que pelo menos culpa nenhuma tem do que em nosso canto escrevemos. Diremos ao collega, que já esperavamos a trovoadá, por que já o conhecemos, porem não nos desdizemos.

Se os Srs. Honório, Paulino, e seus companheiros são ou não grandes estadistas, questão é ha muito já decidida; cuidamos nós que em qualquer paiz que se apresentem serao avaliados em muito; cuidamos, que no Brasil são daquelles, que occupam o primeiro lugar: e o publico está connosco neste nosso juizo. Pena é que o espirito de partido cegue tanto o collega, que não veja aquillo que todos vêem. Póde sua administração não agradar a todos, e assim com effeito acontece; mas essa é a sorte de todos aquelles, que vão ao gabinete. Por ventura Thiers, Guizot, e Molet não serão grandes estadistas? não o serão Peel e Palmerston? e todavia as administrações de cada um delles tem encontrado muitos adversarios: entram e sahem do gabinete com bastante facilidade. Não queremos estabelecer comparações: nem affirmamos nem negamos se os nossos ministros são iguaes a esses nomes, que citamos; sómente queremos convencer ao collega, que só por que lhe não agradam os actuaes ministros, nem por isso deixam de ser dos que tem o primeiro lugar em nossa terra.

Chama-lhes o collega harpias, devoradoras de nossa riqueza: e nós que nome daremos ao collega? qual é delles essa harpia devoradora? qual é aquelle que se tem locupletado com um vintem que legitimamente lhe não tenha pertencido? Ouse o collega emittir francamente o seu juizo; diga o que quer que se entenda por essas expressões *harpias devoradoras*. Os actuaes ministros percebem seus ordenados ou vencimentos, como os tem recebido todos os que anteriormente tem ido ao ministerio, e como provavelmente receberão todos, os que vierem depois; ordenados mesquinhos, e muito mesquinhos, seja qual fór o individuo, que o tenha de perceber: ordenados muito mesquinhos; porem mesquinhos ou não, não quer o collega, que os recebam? E, se a esses ordenados se não refere, demasiada audacia é a do collega em fazer insinuações de semelhante ordem. Ora, opiniões politicas desvairadas podem ser perdoadas, por que podem ser filhas da convicção; mas proposições taes, não, mil vezes não: e não se póde arrogar á honra de escriptor politico aquelle, que para combater seus adversarios desce a semelhantes meios. Cuida por ventura

alguem, que assim desacredita os ministros? Engase: a reputação de probidade de cada um delles está muito bem firmada: muito bem firmada, para que possa ser abalada por artigos de folhas taes como o *Nacional*. Homens ha, que na sua vida publica tem tido a desgraça de soffrer mais ou menos imputações de falta de honra, e cuidamos, que muitos com bastante injustiça; mas dos seis ministros, que ora compoem o gabinete, ainda até hoje um só facto não foi imputado a qualquer delles, por onde, nem por sombras, lhe possa caber o nome de harpia devoradora. Não é a defeza dos ministros, que tomamos; é a defeza do cidadão injuriado; é a defeza do empregado probó calumniosamente estigmatizado. Quaesquer que sejam nossas divergencias com os homens, que estiverem no gabinete, nem nunca lhes faremos taes imputações, quando não merecidas, nem consentiremos que outrem lh'as faça sem acudir logo ao reclamo. Não só não concorreremos para tornar maior o desrespeito, que hoje se tem a todos os empregados, como antes procuraremos augmental-o, persuadido que nisso fazemos um serviço á ordem publica, e á moralidade da nação. Se vissemos novamente no ministerio o Sr. Martim Francisco, ou Hollanda Cavalcanti, far-lhe-íamos toda a guerra que podessemos; mas se vissemos seu credito de probidade atacado, acudiríamos em sua defeza. Isto, por exemplo, porque a muitos outros faríamos o mesmo.

Chegamos ao sacrificio. Estamos convencido que sacrificios faz hoje todo o homem de probidade, que accita uma pasta: são tantos os amargores de bocca, que tem a soffrer, que de certo só a dedicação pela causa publica os póde fazer passar.

Ninguém é ministro quando quer: ninguém tem a liberdade de ser ou deixar de ser ministro. Repare bem o *Nacional* no que dizemos; não sabemos se comprehende bem esta theoria, mas é a do governo representativo. O homem publico sobre tudo quando é chamado pelo monarcha, e recebe o apoio das maiorias, não póde deixar de ser ministro: se o não quer ser não póde combater aquelles que o forem, por que a resposta estará sempre prompta. Aquelle, que é chamado a logar competente, deve apresentar suas ideias sobre a politica e administração do Estado: se é chamado a realisal-as, como escusar-se? Haja ou não outros mais capazes: não depende delles esse juizo; depende do eleitor dos ministros, que os chama, e das maiorias, que os apoiafn.

Aquelle, que tendo a confiança do eleitor dos ministros e o apoio das maiorias largasse o ministerio, commetteria um crime, que se não tem uma sanção no codigo penal, todavia nem por isso deixa de ser crime, como attentatorio á prosperidade publica: provocaria crises ministeriaes, sempre perigosas.

Os actuaes ministros por em quanto tem a confiança do monarcha, que os escolheu, e das maio-

rias, que os apoiam; e por consequencia seriam delinquentes do crime de lesa-nação se abandonassem o ministerio. E fazem sacrificio conservando-se nelle, por que delle não tiram lucro, por que delle não carecem. Dous dos actuaes ministros são senadores, um foi eleito e escolhido quando o não era, o outro foi eleito quando se não pensava que iria ao ministerio: não carecem do ministerio para eleições; não carecem pelos ordenados, por que maiores ordenados teriam não estando no gabinete. Tres ministros são deputados, mas para o serem não carecem das pastas: já tiveram as honras da eleição apesar de terem contra si o poder de um ministerio, que para os derrotar não poupou meios. Os ordenados os não convidam, por que demasiadamente pequenos, são para convidar a quem quizer viver com alguma decencia, honra e probidade. Será o Sr. Salvador José Maciel que por gosto está no ministerio? E' preciso não o conhecer: e já no tempo do Sr. Feijó mostrou elle o caso que faz de uma pasta.

Que vantagens tiram do ministerio? soffrer resignados que lhes chamem harpias devoradoras, homens destituídos de talentos e de tino, e todas quantas gentilezas lembram ao *Nacional*, e outros que taes e quejandos? Conhecerá o *Nacional* alguém, que queira ser ministro, que disso espere tirar lucro, que mesmo goste de ver seu nome escripto em letra redonda e mesmo acompanhado de ruins epithetos: mas cuidamos que os actuaes ministros não estão nesse caso: fazemos delles outra ideia.

Mui longo vai o artigo, com quanto muito ainda possessemos dizer sobre a matéria: não faltará occasião, pois o *Nacional* a não perde de vomitar injurias aos montes.

Tinhamos escripto este artigo quando lemos no *Jornal do Commercio* ter dito o Sr. Honório, que não largaria o ministerio suicidando-se: corresponde esta phrase a outra, que aqui deixamos: ninguém é ou deixa de ser ministro quando quer.

O HORROR DO SR. HOLLANDA.

Os financeiros do meu paiz tem achado recurso no papel moeda: eu me horroriso com recurso tal. Assim se exprimiu o Sr. Hollanda Cavalcanti no senado, e ninguem ha que o não acompanhe nesse seu patriótico horror. Mas quantas vezes lançamos mão de meios, de que aliás nos horrorisamos? Eu me horroriso com a ideia de me cortarem uma perna; mas se os cirurgiões me asseverarem, que dahi depende a minha vida, hei de passar pelo tal horror. Muito mais cousas ha que horrorisam, e que todavia se fazem todos os dias. Não é pois isso muito de estranhar.

O que porem estranhamos é que só agora o Sr. Hollanda se lembrasse de por tal modo estigmatizar a emissão de mais papel moeda: houve tempo em que assim não era. O Sr. Hollanda foi ministro des-

de julho de 1840 até março de 1841: ora, pedindo o ministro da fazenda, seu collega, um credito, e instado a que declarasse se pretendia emitir papel, o Sr. Hollanda não declarou esse horror, quando o Sr. Martim dizia, que queria arbitrio pleno. E mais ainda, o Sr. Martim emittiu papel, e o Sr. Hollanda conservou-se mudo e quedo. Uma lei obrigava a amortisar certa somma de papel, queimando-o, e applicava para isso rendas especiaes. O Sr. Martim tendo sommas em papel provenientes dessas rendas, em vez de as queimar, metteu-as na circulação outra vez: isto é emitir papel. Como consentiu em tal o Sr. Hollanda? Como não se horrorizou então?

E por que condemnamos nós outros aquillo mesmo que fazemos?

MAIS QUE MICROSCOPIO.

O *Nacional* tem a habilidade de ver cousas, que ninguem é capaz de ver: é mais que microscopio, por que com este enxergam-se os infinitamente pequenos, mas que já existem, em quanto o contemporaneo enxerga o que não existe. Lá vai demonstração.

Enxergou o contemporaneo que houve tibieza nas festividades, que se fizeram pela chegada de S. M. a Imperatriz. Confessa elle que o tempo esteve chuvoso no dia do desembarque: e por ventura não viu apesar disso as ruas atulhadas de gente em toda a grande extensão por onde passaram SS. MM.? não viu as ruas cheias de senhoras vestidas de ricas sedas, apressarem o passo para gozar da interessante vista, sem repararem no damno, que soffriam suas roupas? E em todas as noites seguintes não viu o numeroso povo, que havia ali por todas as partes?

Diz o contemporaneo que o prestito foi menos luzido do que era de esperar: talvez; com effeito a chuva deve fazer suppôr que mais luzimento haveria: mas ainda assim, perguntamos-lhe: quando viu elle outro mais luzido no Rio de Janeiro? Somos do tempo do rei velho, como por ahi se costuma dizer; e nunca vimos tanta pompa. E note o contemporaneo que as noticias da Bahia, chegadas ha mezes, vieram distrahir muitos dinheiros, que aliás seriam empregados em festejos; foi isso publico ahi pelo *Jornal do Commercio*.

Que tristes olhos são os do collega! não vê carros e cartetas, mas vê o que não existe! De veras lamentamos esse novo genero de cegueira, a que não dera remedio nem o proprio Naylor-Bey.

ELOQUENCIA SENTIMENTAL.

A perseguição mais injusta e medonha inquieta e atropella todas as existencias: os carcerees existem entulhados de victimas de uma dedicação generosa, por que se dirigia a justiça da verdadeira causa do throno... Até aqui poesia: agora vai a nossa prosa. Quem são os perseguidores, e quem os persegui-

dos? quem são as victimas de generosa dedicação, que entulham os carcereiros? quem foi que tomou a defeza da verdadeira causa do throno? A verdadeira causa do throno foi defendida em Minas e S. Paulo pelas forças congregadas para debellar as rebelliões de Sorocaba e Barbacena; mas não nos consta que nenhum individuo dessas forças esteja preso, quanto mais entulhados os carcereiros. Estão presos alguns dos que entraram nas rebelliões; mas ser rebelde, querer obrigar S. M. a demittir um ministerio e nomear outro; querer obrigar S. M. a aceitar presidentes nomeados em tumulto, é isso pugnar pela verdadeira causa do throno? Lá em Minas, onde se espalhava, que S. M. estava preso pelos ministros, talvez alguém acredite taes vozes; mas aqui na côrte, onde estava S. M. e onde todos viram, que se não nomeou outro ministerio foi por que não quiz, e que logo que quiz nomeou; dizer-nos que em Sorocaba e Barbacena se defendia a verdadeira causa do throno, é nungar solemnemente com nosco.

NOTICIA.

Ouvimos que o Sr. senador visconde de Olinda proferira no senado um discurso, que tem sido caracterisado como de opposição: até o momento, em que escrevemos, não o vimos, e por isso não podemos formar juizo. Muito sentiremos se ao ministerio faltar o valioso voto do nobre visconde; mas nao o julgando impossivel, todavia ainda o não cremos: pôde em uma ou outra questão divergir do ministerio, mas estar em opposição não o supponmos. O gabinete representa o principio da ordem, e o defende; a opposição representa o principio contrario, e por elle pugna: o Sr. visconde de Olinda tem muitos precedentes para que o alistemos entre os membros da opposição.

Disseram-nos que os motivos de S. Exc. foram a falta de economia do gabinete: outra razão para nossas duvidas: a despeza do imperio não estava em discussão, e sim a receita: ora, o nobre visconde não é rabulá d'aldéa, que em toda a parte queira metter sempre o mesmo chavão.

Esperamos vêr o discurso para o poder avaliar.

PROMESSAS.

O Sr. Nunes Machado, deputado por Pernambuco, é da opposição, por que o governo lhe fez promessas, que não satisfez. O Sr. ministro da marinha declarou que nunca prometeu nada ao Sr. deputado. E por que não promete? As crianças muitas vezes calam-se quando se lhes promete alguma coisa. O ministro convidou o deputado a que explicasse cathgoricamente, que promessas lhe havia feito: o deputado ficou de bico calado. É um facto muito significativo para a historia da opposição.

CAUSA, QUE NÃO É CAUSA.

O Sr. Urbano votou contra a lei de colonisação, por que um artigo della autorisa o governo a impôr multas contra os infractores: e não pôde a camara, em sua opinião conceder ao governo tal faculdade? O Sr. Urbano esqueceu-se, que o anno atrazado votou pela reforma do codigo do processo, e que nessa reforma se dava igual autorisação. Isto prova

com toda a evidencia quão conscienciosa é a opposição do Sr. deputado.

CORRESPONDENCIA.

Damos publicidade á correspondencia abaixo, para que vejam nossos leitores, como são as queixas da opposição. Estimamos e elogiamos muito a franqueza do empregado, e o zelo, que mostra por sua reputação: se todos assim fizessem, não andariam as cousas tão mal: e saberia o paiz, que algumas pessoas só se queixam daquillo que offende seus interesses, sem procurar estudar os factos.

Reparem bem os nossos leitores, que o digno feitor do consulado affirma (e não ha duvida) que o regulamento, que hoje rege o consulado, já regia, quando o Sr. Hollanda foi ministro: então não achou elle que dizer; mas agora tem tudo quanto ha de mau? Entendam-os lá!

O Sr. senador Hollanda um destes dias fez alguma bulha no senado, por causa de despachos na alfandega, e consulado: respondo por estes, e por aquelles responda quem quizer.

Regulamento de 30 de maio de 1836.

Art. 98. São sujeitos, como até agora, ao pagamento do dizimo para a renda geral, na meza do consulado da côrte, as produções do seu municipio que d'elle se exportarem barra fóra para as provincias do imperio, excepto a do Rio de Janeiro. Este artigo do regulamento é em virtude de lei passada em ambas as camaras, e já o Sr. senador foi ministro depois della, e d'elle em execução. O caso foi o seguinte: — Apresentou-se um despachante com umas notas distribuidas a mim para arbitramento de uns 7 volumes que se pretendiam despachar para Pernambuco, em nome de quem, não sei, e é cousa que me não importa quem despacha, o que se despacha, sim. Disse a quem me apresentou as notas, que era necessaria a apresentação dos volumes para, á vista delles, arbitrar: respondeu-me que havia grande difficuldade em apresental-os, e até creio que me disse, que ainda vinham em caminho do Jardim; que me segurasse no arbitramento, e mesmo que arbitrasse como o melhor, e pelo maior, que o dono não se importava com o pagamento, que tivesse de fazer, o que queiria era a commodidade do embarque. Annui ás razões que deixou ditas, e arbitrei (em attenção a ser para dentro do imperio) em 112\$000 réis. Ora, á vista de taes declarações, arbitrar 7 caixões em 112\$000 réis! (Note-se que são caixões, e não caixões-zinhos), não é despropósito. Quanto ao pagamento se foi grande, é em razão dos generos serem daquelles que estão sujeitos ao dizimo de 10 p. c.: por tanto deve-se S. Exc. queixar de si, e de quem feza lei, e não de quem arbitrou. — Sou, Sr. redactor, o seu obrigado — P. J. P. S., feitor da mesa do consulado.